

Dívida Pública Governo estica prazo das dívidas estaduais

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem autorização para que os bancos oficiais, depois de consultar o Ministério da Fazenda, concedam moratória de 90 dias aos estados com dificuldades para pagar os juros de suas dívidas. "Mas a suspensão dos pagamentos não será generalizada", alertou o secretário-executivo do Ministério, Pedro Parente.

Parente explicou que só poderão se candidatar à moratória os estados que estejam renegociando suas dívidas com o governo federal, comprometidos com o programa de ajuste fiscal ou os que estejam fazendo programas de privatização de estatais estaduais.

Depois do Rio Grande do Sul, na semana passada, hoje é a vez de Minas Gerais renegociar seus débitos. O governador Eduardo Azeredo (PSDB) e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, assinarão em Belo Horizonte, às 13h, acordo de rolagem da dívida do estado, de R\$ 11 bilhões.

O Tesouro Federal assumirá as obrigações de Minas com o mercado financeiro, representadas por títulos que equivalem a 70% do total da dívida. Outro item do acordo prevê que 20% do montante devido serão quitados com a venda de ativos do estado. Parte desses recursos virão da privatização do Credreal e do Bemge.

SENADORES CONTRA

Mas as negociações com os estados provocam reações. Senadores do Nordeste acham que o governo está dando tratamento favorecido aos mais ricos e prepararam uma minuta de resolução, com o objetivo de alterar o limite

de comprometimento das receitas estaduais com o pagamento das dívidas contratuais com a União, que hoje é de 11%.

O grupo é integrado pelos senadores Edison Lobão (PFL-MA), Humberto Lucena, Ney Suassuna e Ronaldo Cunha Lima, esses três últimos do PMDB da Paraíba. Lucena é o presidente da subcomissão do Senado criada há três meses para analisar as dívidas estaduais.

Enquanto isso, a romaria a Brasília não pára. Os governadores do Mato Grosso do Sul, Wilson Martins, e Piauí, Francisco Moraes Souza, o *Mão Santa*, estiveram ontem no Ministério da Fazenda. Martins reuniu-se com Pedro Parente. Segundo o secretário de Fazenda do estado, Ricardo Bacha, a proposta é de que o governo refinance R\$ 800 milhões do total de R\$ 1,8 bilhão das dívidas.

Segundo Pedro Parente, Mato Grosso do Sul deve o equivalente a 3,3 arrecadações anuais. "É, talvez, a pior relação entre dívida e receitas do País", disse ele. O secretário Ricardo Bacha admitiu que o governo estadual deve duas folhas salariais.

Mão Santa desenhou um quadro dramático para o Piauí. Segundo ele, se a negociação não acontecer até o final de outubro, "o estado fica ingovernável". O Piauí também deve duas folhas salariais, no valor total de R\$ 80 milhões, e não tem as condições necessárias para obter um novo empréstimo do governo federal, porque a Assembléia Legislativa ainda não aprovou a lei autorizando o governo a privatizar sua companhia elétrica, a Cepisa.